



SEÇÃO LIVRE

Tensões, disputas e conflitos étnicos-nacionais no Norte do Brasil: o caso dos trabalhadores portugueses em Manaus, 1890-1930

Tensions, disputes and ethnic and national conflicts in northern Brazil: the case of Portuguese workers in Manaus, 1890-1930

Tensiones, disputas y conflictos étnicos nacionales en el norte de Brasil: el caso de los trabajadores portugueses en Manaus, 1890-1930

**Luís Balkar Sá Peixoto
Pinheiro¹**

orcid.org/0000-0002-4192-8011
balkar.ufam@gmail.com

Recebido em: 2 out. 2019.

Aprovado em: 10 ago. 2021.

Publicado em: 17 nov. 2021.

Resumo: A chegada de um número significativo de imigrantes portugueses à capital amazonense e sua atuação no período compreendido pela expansão e decadência da economia de exportação da borracha é tomada como mote para a compreensão das disputas e dos conflitos étnicos-nacionais que se materializaram na formação do proletariado amazonense entre os anos de 1890 e 1930. Em que pese a insistência de lideranças operárias no sentido da reafirmação do internacionalismo da classe operária, as relações entre trabalhadores portugueses e brasileiros em Manaus foram tensas durante todo o período e, muitas vezes, assumiram preocupante radicalidade, lembrando, inclusive, os movimentos “fora galegos”, que ocorreram em diversas regiões do Brasil na segunda metade do século XIX. O artigo utilizou a imprensa como fonte principal, por onde foi possível perceber que o uso de expressões e adjetivos depreciativas lançados aos portugueses – “galegos”, “pés de chumbo” etc. – se manteve como prática comum na cidade, e se mostrou bastante amplificado entre os trabalhadores, principalmente no momento de derrocada econômica, transformando as tensões étnicas em uma das mais sensíveis questões a dificultar a formação de uma classe operária consciente e coesa em suas dimensões de organização, mobilização e luta.

Palavras-chave: História social do trabalho. Conflitos étnicos. Imigrantes.

Abstract: The arrival of a significant number of Portuguese immigrants to the Amazonian capital and their performance in the period comprised by the expansion and decay of the rubber export economy is taken as a motto for understanding the disputes and ethnic and national conflicts that materialized in the formation of the amazonian proletariat during the years 1890-1930. In spite of the insistence of working-class leaders to reaffirm working-class internationalism, relations between Portuguese and Brazilian workers in Manaus were tense throughout the period and often assumed worrying radicality, to the point of recalling the “fora galegos” movements that took place in various regions of Brazil in the second half of the nineteenth century. The article used the press as its main source, where it was possible to see that the use of derogatory expressions and adjectives thrown to the Portuguese – “galegos”, “pés de chumbo”, etc. – remained a common practice in the city, and was quite amplified among the workers, especially at the time of economic collapse, turning ethnic tensions into one of the most sensitive issues hindering the formation of a working class cohesive in their dimensions of organization, mobilization and struggle.

Keywords: Social history of labour. Ethnic conflicts. Immigrants.

Resumen: La llegada de un número significativo de inmigrantes portugueses a la capital del estado de Amazonas, en el norte de Brasil, y su desempeño en el período comprendido por la expansión y la decadencia de la economía de



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, AM, Brasil.

exportación de caucho se toma aquí como un lema para comprender las disputas y los conflictos de grupos étnicos nacionales que se materializaron en la formación del proletariado amazónico entre 1890 y 1930. A pesar de la insistencia de sus líderes para reafirmar el internacionalismo de la clase trabajadora, las relaciones entre los trabajadores portugueses y brasileños en Manaus fueron tensionadas durante todo el período y a menudo asumieron una preocupante radicalidad, que se parecía a los movimientos “*fora gallegos*”, que ocurrieron en varias regiones de Brasil en la mitad del siglo XIX. El artículo utilizó la prensa como fuente principal, donde se pudo constatar que el uso de expresiones despectivas y adjetivos lanzados a los portugueses – “*galegos*”, “*pés de chumbo*”, etc. – siguió siendo una práctica común en la ciudad, y demostró estar bastante amplificado entre los trabajadores, especialmente en el momento del colapso económico, convirtiendo las tensiones étnicas en uno de los temas más delicados para dificultar la formación de una clase trabajadora consciente y cohesiva en sus dimensiones de organización, movilización y lucha.

Palabras clave: Historia social del trabajo. Conflictos étnicos. Inmigrantes.

Introdução

A produção historiográfica *da e sobre* a Amazônia tem enfatizado as mudanças mais significativas operadas no cenário regional pela emergência da economia de exportação da borracha entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX, momento em que a região passou a gozar da primazia na oferta do produto no mercado mundial em expansão. Em especial, duas dessas modificações têm sido enfatizadas, sendo a primeira relacionada mais diretamente ao processo extrativo no interior dos seringais, as unidades produtivas incrustadas no interior da floresta. Nessa abordagem, destaca-se a crueza das relações de trabalho e a superexploração do extrator direto do produto, identificado mais pontualmente como o migrante nacional de origem nordestina. A segunda ênfase tem versado sobre os processos de modernização urbanística ocorridos nas cidades capitais da região, Belém e Manaus, então transformadas nos principais entrepostos comerciais do produto.

Voltando os olhos para o contexto amazonense, tem sido possível perceber que os estudos vinculados a essa segunda abordagem convergiram, de forma lenta e gradual, de uma perspectiva preocupada com a expansão do sítio urbano, com a elaboração e implantação de projetos

urbanísticos modernizadores, suas principais edificações e seus estilos arquitetônicos (MONTEIRO, 1971; CORREA, 1969; MESQUITA, 1997), para uma abordagem ancorada nas preocupações de uma história social cuja ênfase tem recaído na percepção da multiplicidade de vivências cidadinas, suas interações e conflitos (DIAS, 1999; PINHEIRO, 1999; COSTA, 2015). Como um desdobramento dessa abordagem, emergiram estudos que passaram, nos últimos anos, a tematizar mais pontualmente o universo do trabalho urbano, notadamente na capital amazonense, perscrutando-o quanto a dimensões de classe, gênero, geração e etnia.

Buscando contribuir para o debate, este artigo tem por objetivo identificar e problematizar as tensões, disputas e conflitos que envolveram trabalhadores nacionais e estrangeiros, em especial os de origem portuguesa, no interior do processo formativo do proletariado amazonense do período demarcado pela expansão e decadência da economia de exportação da borracha. Como destacou recentemente Luís Balkar Pinheiro (2020, p. 189-221), a história social do trabalho no Amazonas tem avançado de forma significativa nas últimas décadas, incorporando um rico debate acerca da formação e da dinâmica do processo associativo, iluminando o trabalho infantil e o feminino, o papel da imprensa na construção de uma identidade operária, a montagem de redes sociais, assim como a variada gama de lutas e resistências dos trabalhadores e trabalhadoras realizadas na cidade de Manaus entre as décadas finais do século XIX e iniciais do século XX. Essa construção coletiva tem se alimentado de um contínuo diálogo com uma historiografia *nacional* do trabalho, realizado tanto por meio dos encontros, jornadas e simpósios promovidos pelo GT Mundos do Trabalho, quanto no interior de cursos de pós-graduação localizados em outros estados do país, além das publicações em revistas especializadas da área. Nesse sentido, não há como deixar de referenciar, para além dos títulos já mencionados, os estudos realizados por Alba Pessoa (2015), Dhyene Santos (2020), César Queirós e Gláucia Campos (2017), Cláudia Barros (2015), Luciano Teles (2016, 2018), Luís Pinheiro e Maria Luiza Pinheiro (2017) e Moisés Araújo (2018).

Seja como for, e retomando o tema da imigração, seria desnecessário dizer que essa maior entrada de população estrangeira no Amazonas e, em especial, em sua capital, Manaus, em boa medida coincidiu com o período da chamada "grande imigração", que alcançou não apenas a Amazônia e o Brasil, mas o conjunto do continente americano (KLEIN, 2000, p. 13-31). Dessa forma, se a rápida expansão do extrativismo da borracha serviu como elemento central da atração de força de trabalho para o cenário amazônico nas décadas finais do século XIX, os processos de expulsão de populações "excedentes", em marcha do outro lado do Atlântico, complementaram a equação que resultou na chegada, em solo amazônico, de sistemáticas levas de imigrantes estrangeiros – europeus, em sua maioria – e, entre eles, um elevado número de portugueses (EMMI, 2013; SARGES, 2010).

Para o contexto amazonense aqui abordado, portugueses, espanhóis e italianos formavam a imensa maioria dos estrangeiros entrados na capital amazonense até 1910, respondendo por cerca de 80% do total. No conjunto, a totalidade dos imigrantes chegou a superar a marca de 20% dos habitantes da capital amazonense no mesmo período, ou seja, de 10 a 12 mil pessoas, em uma população total oscilando na casa dos 50 a 60 mil habitantes, conforme o autor e período dos levantamentos demográficos. Hermenegildo de Campos (1907, p. 101), por exemplo, sustentava que o total de estrangeiros em Manaus chegava à marca de 10 mil, sendo 5 mil portugueses, seguidos por 1.400 a 1.500 espanhóis e 1.100 a 1.200 italianos, enquanto o restante fragmentava-se por outras nacionalidades, em meio à 50 mil nacionais. Já os dados trazidos por Alfredo da Matta (1916, p. 44-49) são menos pormenorizados, mas dão a dimensão da intensidade um fluxo migratório de estrangeiros que, ao fim e ao cabo, não se esgotava com a simples chegada à região. Inúmeros fatores, dentre eles a insalubridade, as epidemias e o regime de trabalho praticado nos seringais, faziam com que as taxas de saídas fos-

sem igualmente elevadas. Assim, com base nas estatísticas da Polícia do Porto recolhidas pelo autor para o período compreendido entre 1907 e 1914, a média anual de entrada de estrangeiros foi de 8.743, enquanto a de saída foi de 7.132, com um saldo médio anual de 1.611 indivíduos.²

Em que pese o fato de o extrativismo da borracha ter sido o mote para a atração de força de trabalho para a Amazônia, convém asseverar que a imigração estrangeira acabou, majoritariamente, se concentrando nos núcleos urbanos, oportunizando as ofertas de trabalho, que se davam em maior escala no âmbito do comércio e dos serviços urbanos. Com efeito, a recusa ao trabalho extrativo da borracha e ao inóspito sertão amazônico tinha motivações variadas. De um lado, desde cedo a preocupação dos governos europeus com relação à insalubridade do vale amazônico funcionou como um freio ao propagandismo que tentou orientar os processos migratórios para as atividades de extração da borracha nos seringais. O governo italiano, por exemplo, chegou a proibir imigrações para a região até que comissões parlamentares aportassem no Amazonas para verificar *in loco* as condições da oferta de trabalho (CATTAROZZA, 1899, p. 1). Os governos estaduais reconheciam a resistência estrangeira e, por vezes, levantaram suspeitas sobre a eficácia do fomento oficial à imigração europeia. Era, por exemplo, o que defendia José Cardoso Ramalho Júnior, que, na condição de vice-governador, lamentava:

O estrangeiro não aclimatado não suporta esse clima, repugna-lhe ir por essas florestas adentro buscar com risco de vida as riquezas que encerram no seio. Prefere as profissões que se exerce nas cidades, vilas e povoados, e, quando enfatiado desse clima do Norte do Brasil, trata de se transportar ao Sul, onde a cultura do café, simples e sem dificuldades, lhes acena com fáceis meios de vida em clima mais temperado. O nosso Estado, para a maioria dos colonos que nos vêm da Europa, é um ponto de escala e nada mais; transportam-se para aqui já com a intenção reservada de seguir para o Sul da República (RAMALHO JÚNIOR, 1898, p. 14).

² Os números totais são eloquentes: 69.944 entradas e 57.058 saídas (MATTA, 1916, p. 44-49). Infelizmente o autor não apresenta os recortes pelo viés da nacionalidade.

De forma inversa, a imensa maioria dos migrantes nacionais, viessem do Ceará, de outros estados do Nordeste ou mesmo de outras regiões do país, tomou o rumo dos seringais em meio à floresta. Os elementos definidores dessa segmentação espacial nunca aparecem claramente evidenciados nas fontes do período, fossem elas de origem oficial ou não, mas é possível inferir, com alguma margem de segurança, que as teorias raciais então em voga e assimiladas fortemente pelas elites regionais jogaram ali um peso importante, privilegiando o imigrante europeu nas disputas pelos postos de trabalho.³

Esse é um ponto importante exatamente porque a imensa maioria dos imigrantes chegados ao Amazonas veio com parcos ou mesmo sem quaisquer recursos capazes de bancar a sobrevivência deles sem depender do trabalho.⁴ Aquela priorização foi claramente verificada em relação aos trabalhadores portugueses, que acabaram por se concentrar em determinadas profissões e ofícios.⁵ Como se viu em todo o país, eram eles que formavam o grosso do segmento caixeiral, atuando nas lojas e firmas comerciais como contadores, guarda-livros, balconistas, representantes comerciais e mesmo como simples ajudantes ou aprendizes, quando ainda em tenra idade. Eram majoritários também entre os portuários, conforme assinalou Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2015, p. 68). Em artigo intitulado "As nossas associações operárias", Cursino Gama, uma importante liderança operária amazonense, destacou que os portugueses predominavam na construção civil. Em sua avaliação, a associação das "Quatro Artes [da construção civil], composta quase na sua totalidade de elementos lusos, muito tem feito pelo socialismo. São os nossos irmãos de além-mar que mais nos alenta, unidos sempre

a tudo que diz respeito ao progresso da humanidade" (GAMA, 1920, p. 1, grifo nosso).

Entre os empregos ditos femininos, as portuguesas prevaleciam nos serviços domésticos, como asseveram os recorrentes anúncios de jornais ofertando empregos para "creadas portuguesas", denominação indistinta que podia abranger copeiras, cozinheiras, passadeiras, arrumadeiras e até amas de leite. Requisitadas para o trabalho tanto em "casas de família" quanto em pensões, hospedarias, hotéis e restaurantes, além do viés da nacionalidade portuguesa, as trabalhadoras tinham que ter "bons costumes" (AVISOS..., 2005, p. 3). Em ambos os casos, trabalhadores e trabalhadoras portuguesas também apareciam na imprensa local ofertando seus serviços e destacando suas habilidades.⁶

A força dessa presença também se espelhará, desde cedo, no processo de organização dos trabalhadores manuais. Em fevereiro de 1905, durante uma solenidade do recém-criado Centro Operário em Manaus, os discursos proferidos pelas lideranças exaltavam não apenas as figuras de Karl Marx e Piotr Kropotkin como expoentes da luta pela emancipação operária, mas também o marceneiro socialista português Viterbo de Campos; enquanto, sobre a tribuna dos oradores, estavam afixados três jornais operários, sendo um deles *A Voz da Oficina*, de Vizeu, Portugal (CENTRO..., 1905, p. 2).

No mesmo ano de 1905, durante as comemorações do 1º de Maio em Manaus, o *Jornal do Commercio* reproduz em sua primeira página uma bela litogravura (Imagem 1), em que a alegoria alusiva ao trabalho – a imagem centralizada de um trabalhador com seu martelo e bigorna apoiando uma roda dentada (tradicional referência à indústria) – é ladeada por retratos de

³ Em resposta à pergunta: "Como se deve povoar o solo amazônico?", do concurso aberto pela Associação Comercial do Amazonas, em 1910, o estudo premiado de Augusto Ximeno Villeroy defendia o investimento na imigração ibérica, e em especial de portugueses, sustentando a tese de que não apenas a língua comum, mas também a grande adaptabilidade demonstrada pelos portugueses ao longo do período colonial asseguraria sucesso ao empreendimento (VILEROY, 1911, p. 19-26).

⁴ Na verdade, como sustenta Abdelmalek Sayad (1998, p. 45-52), é o próprio trabalho que estrutura a condição de imigrante.

⁵ Ainda na mensagem assinada por Ramalho Júnior (1898, p. 15), é possível perceber essa característica: "A colônia portuguesa no Brasil é numerosíssima, concorre para a prosperidade pública, vesse-a em todos os misteres, indústrias e profissões, e a imigração do português não é promovida artificialmente, apenas determinada por sua afinidade de raça, religião, língua e costumes".

⁶ "Aos proprietários – oferece-se um operário português, com habilitações para construir prédios, reformar bons e maus serviços. Desde já agradece. Rua Demétrio Ribeiro, nº 29, hotel" (AVISOS..., 1911, p. 1). "Aos Pais de Família – Na rua 24 de Maio, indica-se uma excelente criada portuguesa que deseja alugar-se em casa de família" (ANNUNCIOS, 1892, p. 5).

lideranças socialistas e anarquistas de diversos países europeus, enquanto, no canto superior esquerdo, uma alegoria feminina alada representa o desejo de liberdade e emancipação. Entre as lideranças homenageadas na gravura, aparecem Victor Prosper Considerant (1808-1893) e Jules Guesde (1845-1922), ambos socialistas franceses; Amilcare Cipriani (1843-1918), um importante anarquista italiano; Friedrich Engels (1820-1895), filósofo alemão fundador, com Marx, do socialismo científico; e Eleanor Marx (1855-1898), ativista política inglesa e filha de Karl Marx. Mas a gravura traz também Pablo Iglesias Posse (1850 - 1925), líder do movimento socialista espanhol e José Fontana (1840-1876), um dos mais destacados líderes do partido socialista em Portugal.

Imagem 1 – Homenagem ao 1º de Maio



Fonte: O PRIMEIRO..., 1905, p. 1.

É evidente que a sensível valorização dos trabalhadores estrangeiros não deixaria de provocar descontentamentos e protestos por parte dos nacionais, um fenômeno comum já observado no conjunto da classe operária brasileira, onde quer que ela tenha se desenvolvido. Dessa forma, trabalhos como o de Sheldon Maram (1979) têm sido bastante ilustrativos das consequências negativas que tais tensões causavam ao próprio processo formativo da classe operária. O autor aponta que os conflitos étnicos-nacionais foram frequentes, uma vez que

[...] o operariado brasileiro, marginalizado nas profissões subalternas e não qualificadas, não possuía uma tradição de classe na qual pudesse basear-se. Ressentia-se do sentido de superioridade cultural e até mesmo racial que o imigrante ostentava sobre ele. Por sua vez, os imigrantes militantes ressentiam-se dos brasileiros por estarem prestes a melhorar de vida substituindo-os durante as greves (MARAM, 1979, p. 30).

No Norte do Brasil tais conflitos, latentes na maior parte das vezes, puderam ser sublimados mais facilmente enquanto a economia de exportação da borracha encontrava acolhida no mercado mundial do produto, o que animava o circuito regional amazônico, tanto patrocinando o urbanismo modernizador que alcançou Belém e Manaus, quanto fazendo expandir a oferta de empregos e serviços em ambas as capitais regionais. Se, portanto, em um contexto de expansão econômica as tensões étnicas podiam ser mais facilmente acomodadas e sublimadas, a derrocada do preço da borracha em um mercado internacional que rapidamente se mostrou saturado pelo massivo ingresso do produto oriundo dos plantios asiáticos, contribuiu sensivelmente para uma mudança de posição dos trabalhadores nacionais na relação com os imigrantes estrangeiros. Com efeito, a decadência da economia de exportação da borracha foi devastadora no ambiente amazônico, causando, quase que imediatamente, uma debandada do capital estrangeiro, falências e fechamentos de postos de trabalho. No interior da floresta, milhares de trabalhadores nordestinos deslocados para a extração do produto, abandonavam os seringais e demandavam às cidades em busca de oportunidades de emprego ou de apoio para o retorno às suas regiões de origem. Como consequência, o cotidiano das capitais regionais, Manaus e Belém, transformou-se novamente, desta vez para dar lugar à fome, à miséria e à violência, agora amplificadas pelas levadas sistemáticas de indigentes que chegavam dos seringais.

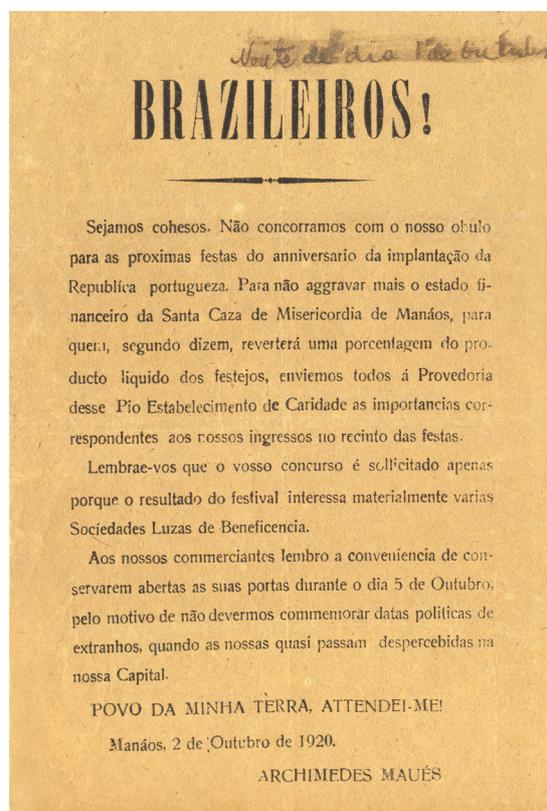
Nessa nova realidade, as alterações no interior mundo do trabalho urbano foram bastante sensíveis, uma vez que o patronato local tentou

a todo custo esquivar-se da crise econômica, dentre outras ações, apertando as amarras da dominação frente ao operariado e assim, impactando tanto suas condições materiais de existência, quanto os processos de organização, mobilização e luta, afetando, inclusive, sua própria identificação como classe. Assim, imersos tanto na lida quanto na luta, os trabalhadores amazonenses, fossem nacionais ou estrangeiros, viram-se diante da necessidade de pensar estratégias e alternativas de luta e sobrevivência diante do agravamento da crise, em um processo complexo e inconcluso do ponto de vista de sua formação enquanto classe social. Afinal de contas, como bem acentuou Edward Thompson (2001, p. 274),

as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe.

No contexto manauara, as tensões étnicas-nacionais ganham maior visibilidade com queixas de trabalhadores de ambos os lados. Mas não se pode imaginar que tais tensões estivessem restritas ao universo mais popular e ao trabalho. De fato, elas se espraiaram igualmente de forma vertical, para alcançar mais pontualmente segmentos médios urbanos, de onde também partiam protestos nacionalistas, por meio da imprensa local ou de panfletos distribuídos pela cidade.

Imagem 2 – Panfleto nacionalista contra os portugueses em Manaus



Fonte: Acervo do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas (LHIA/UFAM).

Não parece haver dúvidas, no entanto, que a maior visibilidade das tensões e das práticas segregadoras estavam nas restrições impostas ao trabalho de estrangeiros por meio de medidas "legais" introduzidas como instrumentos de regulação do trabalho visando, quase sempre, limitar o número de trabalhadores estrangeiros a percentuais baixos. Na Manaus de 1910 o regulamento das capatazias do porto, então à cargo da poderosa Manaus Harbour, a maior empregadora da cidade, assimilava essa contradição ao assegurar a primazia do trabalhador nacional nas contratações de estivadores. Impondo tal primazia à municipalidade e à firma inglesa concessionária dos serviços portuários, os trabalhadores nacionais buscavam demarcar posição e intervir mais pontualmente no processo de contrata-

ção da força de trabalho portuária. Denúncias de violação dos estatutos alfandegários foram comuns, e não raro, resultaram na deflagração de greves cuja motivação era a contratação de trabalhadores estrangeiros.

Ontem, na ocasião em que eram chamados para o serviço na plataforma dos armazéns de cabotagem da *Manáos Harbour Limited*, os empregados estivadores do serviço de descarga protestaram contra o fato de haver a empresa lesado os seus interesses admitindo trabalhadores estrangeiros, quando, segundo está estatuido... os brasileiros natos são os que devem ser preferidos para o serviço. A *Manáos Harbour*, efetivamente, contratara cerca de quarenta homens de nacionalidade portuguesa e os mandara estacionar num pontão da *Booth* para o serviço. Esse fato trouxe grande prejuízo aos trabalhadores nacionais pois que viram dispensados os seus serviços, por inúteis (A HARBOUR, 1911, p. 1).

Como se pode perceber na citação, a imprensa local frequentemente tomava partido, endossando as queixas do operariado nacional, tornando-se uma aliada importante na correlação de forças que se esboçava. Situações como essa mostraram-se alvos das preocupações das lideranças operárias de ambos os lados do espectro social e, sempre que possível, fizeram apelos pela atenuação das contradições e dos conflitos étnicos-nacionais, em prol da efetiva integração do operariado. Foi nesse contexto de fortes tensões que avultou o papel desempenhado por Joaquim Azpilicueta, o mais destacado líder socialista espanhol atuando na capital amazonense nas primeiras décadas do século XX, especialmente na mobilização que empreendeu para que seus conterrâneos não levassem a termo a proposta de criação na cidade de um "Centro Socialista de Espanhóis". A criação do *centro* havia sido proposta como uma clara reação à formação de associações locais de trabalhadores que impediam o ingresso de estrangeiros em seus quadros associativos. Recusando responder com postura semelhante,

Azpilicueta partia da convicção de que a saída para a grave situação em que se encontravam os trabalhadores (nacionais e estrangeiros) no Amazonas estaria no internacionalismo da causa operária (VÁRIAS, 1914, p. 2).

A insatisfação existente no seio dos trabalhadores espanhóis e suas estratégias de atuação parecem dar razão à hipótese levantada por Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2015, p. 161), de que a colônia portuguesa em Manaus esmerou-se em estratégias de assimilação⁷ à sociedade local, buscando construir espaços de sociabilidades comuns e, por vezes, sublimando a própria identidade lusitana, enquanto outras colônias estrangeiras da cidade, notadamente ingleses e espanhóis, pautavam-se sempre por reafirmar suas identidades específicas.⁸ Com efeito, o pensamento social contemporâneo tem alertado para o fato de que esse processo formativo é sempre um processo lento e complexo, ganhando materialidade através de perspectivas relacionais, onde se articulam outras noções, como as de igualdade e diferença. Portanto, processos identitários não emergem naturalmente, sendo antes construções historicamente determinadas, "num processo nunca completado, [mas] como algo sempre 'em processo'" (HALL, 2014, p. 106).

Seja como for, o princípio do internacionalismo operário também moveu a atuação de Tércio Miranda, a mais destacada liderança operária portuguesa que atuou na cidade. Chegado a Manaus em dezembro de 1912, como artista gráfico, Miranda foi imediatamente contratado pelo *Jornal do Commercio*, então o maior e mais importante diário da capital amazonense. Naquele órgão da imprensa amazonense tornou-se o responsável pela montagem de um laboratório fotográfico e pela introdução da fotogravura, muitas vezes colhendo pelas ruas da cidade instantâneos com cenas do cotidiano da população manauense. Politicamente articulado ao anarquismo em sua

⁷ Bem diz Maria Dalva Klaumman Cánovas (2009, p. 522) quando, recorrendo a argumentos de Walter Melo (2005), pondera que não existe "assimilação total de uma cultura pela outra. O que ocorre são 'intensas trocas entre territórios-rede, pois se o movimento migratório retira o sujeito de um determinado espaço, não o desterritorializa por completo', porquanto 'permanecem geografias imaginárias, que trazem memórias e emoções de países e cidades invisíveis'".

⁸ Como sustenta Zygmunt Bauman (2005, p. 44), "a identificação é também um fator poderoso na estratificação, uma de suas dimensões mais divisivas e fortemente diferenciadoras".

terra natal – era natural de Amarante, no distrito do Porto –, Tércio foi o principal propagandista do sindicalismo revolucionário no Amazonas, sendo também o idealizador e diretor do *A Luta Social*, periódico de caráter doutrinário que fez editar na cidade em 1914 e que se mostrava vinculado a linha política defendida pela Confederação Operária Brasileira (COB).

Miranda, cujo prestígio entre os portugueses de Manaus era inequívoco, assim como Joaquim Azpilicueta, também se fez respeitado pelos trabalhadores locais em função de sua incisiva defesa do internacionalismo operário. Sua atuação também marcou o movimento operário amazonense pelo combate sem tréguas contra as associações de caráter beneficente, que para ele era o verdadeiro cancro a assolar o processo organizacional dos trabalhadores amazonenses. Em que pese ter se afastado cedo da cidade, em 1915, sua atuação ainda reverberou no interior do movimento até meados da década seguinte (PINHEIRO, 2017, p. 93-99).

Seja como for, esses exemplos de interação entre trabalhadores estrangeiros e nacionais, no contexto amazonense, não podem ser tomados como tendo sido capazes de obstaculizar as tensões no interior do proletariado em formação, uma vez que, como tem sustentado Marcel van der Linden (2003, p. 291), “a solidariedade que atravessa as fronteiras nacionais pode parecer lógica, mas não o é na prática”. Portanto, é preciso reconhecer que tanto os processos de interação e colaboração quanto os de afastamento e oposição entre trabalhadores nacionais e estrangeiros marcaram a história operária amazonense do período. De modo geral, os termos dessa relação variaram em função de diversos fatores, desta-

cando-se aqueles que estavam associados mais pontualmente ao contexto econômico regional e implicavam uma maior ou menor oferta de empregos na cidade. Assim, enquanto a conjuntura de franca expansão econômica possibilitou o acolhimento da força de trabalho estrangeira sem provocar grandes deslocamentos nos postos já ocupados pelos nacionais, as tensões mantiveram-se arrefecidas. Inversamente, a conjuntura decadência econômica desencadeada com a queda abissal dos preços da borracha – inaugurada em meados da primeira década do século XX e agudizada na década seguinte, não apenas pela franca derrocada do produto nativo em um mercado mundial que já se mostrava saturado, mas também pela retração geral das exportações causada pela Grande Guerra – tendeu a dar maior vazão aos conflitos étnicos.

Com efeito, na Amazônia, desde finais do século XIX era perceptível a existência de um forte ranço contra os portugueses em geral, e contra portugueses pobres em particular, frequentemente referenciados como rudes, ignorantes e brutos. Se até o último quartel do século XIX as adjetivações depreciativas aos portugueses incluíam termos como “pé-de-chumbo” (RIO..., 1876, p. 3), dali em diante o termo mais comumente empregado passou a ser “*galego*”.⁹ Sem romper de todo com sua conotação mais direta, ligada à região da Galícia, no Noroeste espanhol e, portanto, ao norte de Portugal, no contexto regional o termo foi largamente utilizado tanto para identificar os imigrantes provenientes daquela região, quanto para referenciar, jocosa e depreciativamente, os portugueses radicados na Amazônia.¹⁰

O termo, impregnado de ressentimento, ex-

⁹ Há larga discussão sobre o uso do termo tanto no Brasil quanto em Portugal. Em ambos os lados do Atlântico, o *galego* podia apresentar asserções diversas, como uma origem geográfica comum, neste caso a região da Galícia, no norte de Portugal e da Espanha; dimensões fenotípicas, como uma pele mais clara e/ou cabelos loiros, associados às populações daquela região ibérica, ou até mesmo um certo tipo de trabalhador, de gestos grosseiros e vinculado a trabalhos braçais e mal remunerados. (BARROS *et al.*, 2018, p. 1234, 1263; CÂMARA, 2012, p. 159-161). Mesmo em Portugal, logo cedo o termo assumiu dimensões jocosas por meio das quais alentejanos e, sobretudo, lisboetas costumavam referenciar os portugueses “do Norte”, ressaltando, em especial, hábitos supostamente mais grosseiros, ou mesmo como a escória da sociedade, conforme ressaltou Bruno Câmara (2012, p. 160). Tais autores também destacam que, no Brasil, o termo podia, apenas eventualmente, ser usado como sinônimo para um indivíduo de origem portuguesa, embora fosse mais comum sua associação com dimensões de desqualificação, escárnio e jocosidade. Essa é também a posição assumida por historiadores brasileiros que debateram o tema da lusofobia, como Gladys Sabino Ribeiro (1990). De qualquer forma, deve ficar claro que no translado linguístico promovido pela colonização e pela imigração portuguesa, o termo se vulgarizou no Brasil assumindo, frequentemente, mais de uma dessas asserções, o que obriga o pesquisador a sempre atentar para as dimensões contextuais da informação.

¹⁰ De longa data, o termo era empregado em Portugal para referir-se aos espanhóis provenientes da Galícia com a mesma carga depreciativa (MACACO..., 1892, p. 2).

pressava o inconformismo de pessoas e grupos da sociedade amazônica frente ao poder e às funções de mando assumidos secularmente por portugueses na região, e que subordinava e hierarquizava a população local.¹¹ Ocasionalmente, as contradições se intensificavam e o confronto transformava-se em violência aberta. Assim ocorreu em 1874, em Itacoatiara – então a segunda maior cidade do estado do Amazonas – quando moradores locais atacaram e mataram dois comerciantes portugueses motivados por um movimento “fora galego” que deixou sequelas e acarretou veementes protestos por parte das autoridades consulares e de membros destacados da expressiva colônia portuguesa radicada na Amazônia (VAQUINHAS, 1999, p. 80-91). No mesmo sentido, Geraldo Pinheiro (2012, p. 203), estudioso da imprensa lusitana na Amazônia, asseverou que os jornais em Portugal repercutiam pontualmente os conflitos ocorridos no Norte do Brasil, ressaltando que “os portugueses são maltratados pelos nativos de lá, que os alcunham de galegos”.¹²

No mundo do trabalho, o apodo também foi largamente empregado para confrontar a autoridade patronal assumida por portugueses. Um claro exemplo dessa exploração do viés da nacionalidade como um elemento da luta política e sindical aparece formulada em longa matéria dos editores do *Chicote*, um hebdomadário que se apresentava como “crítico e noticioso”. Em edição de 1913, o alvo de suas críticas alcançou o gerente português da Fábrica de Roupas Amazonense e suas práticas autoritárias frente às operárias:

No dia 5 de outubro, por ser aniversário da Proclamação da República portuguesa, abriu a fábrica de roupas, as suas portas para quem quisesse visitá-la.

Lá fui e penetrei nas oficinas, naquele santuário do trabalho, tantas vezes profanado, onde o mar de pobres moças, naquele dia de festa cessou de jorrar, porque cessou ali também o trabalho enfadonho e mal pago. Assim quis o

galego-gerente, que estas criaturas, passassem um dia sem serem atormentadas pelos seus gritos e livre de sua mochinga.

Este galego, que a primeira letra de seu nome é Tenreiro, é o mais terrível parasita, que vegeta aqui, fazendo careta para o sol que ilumina a terra banhada pelo rei dos rios, resiste ao mais causticante calor sem procurar água, porque é inimigo de tudo quanto é limpo, vive do meio e só procura a lama.

Na rua este português agirafado, de focinho satânico, anda sempre a mostrar a dentusca, veja ou não capim, muito ao contrário do que dá-se na fábrica, onde ele é o feitor rancoroso para estas infelizes moças desprotegidas da fortuna e arrastadas pelas misérias que vivem ali a moirer improficuamente, debaixo da estupidez desse galego, que além de maltrata-las, não lhes paga corretamente os seus mesquinhos salários.

Finalmente faz das moças todo o instrumento; ordena greve, exhibições e palhaçadas pelas ruas, e até faz das nossas patricias, bonecos de reclames, para a desacreditada fábrica, como já se deu diversas vezes e ainda agora domingo foram repetidas estas palhaçadas, e depois ainda, correr as despesas dessas bandalheiras por conta das infelizes, que além de seus ordenados serem diminutos, têm de dar a metade para as exhibições do agirafado Tenreiro (REVIRAVOLTAS, 1913, p. 1).

A matéria do *Chicote*, articulando diferentes acepções do termo *galego*, tal como abordados anteriormente, terminava por sugerir que fossem dados “sopapos no galego”. Saindo do plano do patronato e/ou de seus prepostos em cargos de direção, e deslocando o olhar para o polo oposto da escala social, é possível perceber que os trabalhadores portugueses também foram alvos de chacotas e desqualificações grosseiras, como é possível constatar num simples passar de olhos pela imprensa amazonense do período, e em especial, em periódicos que apresentavam linhas editoriais associadas ao “humor” e à crítica de costumes. Vejamos alguns exemplos:

O galego da loja Leão de Ouro com um “flirt” animado com uma senhorita da Avenida Canary.

Fora galego!

¹¹ Com efeito, tais tensões remontam ao período colonial e estiveram, dentre outros fatores, na base das contradições que produziram a Cabanagem (1834-1840), sabidamente o mais importante e radical movimento popular ocorrido em toda a Amazônia, impingindo-lhe, mesmo que parcialmente, uma conotação nativista.

¹² Resistências também apareciam na imprensa operária produzida na Amazônia. No Pará, por exemplo, um jornal propôs que, “daqui em diante, em vez de se chamar *galego* à um bruto, se lhe chame *inglês*” (RETALHOS, 1890, p. 1). Ao defender os portugueses, o periódico reverberava o forte sentimento anti-inglês que grassava na região.

[Na Rual Lima Bacury – Certo galego namora da mercearia "Beira Alta" uma criadinha portuguesa. (PELO..., 1916, p. 3-4).

Ainda na ponte Cabral, um português muito réles, comedor de cebolas, afronta a sociedade indo todas as tardes encontrar a namorada naquelas imediações.

Sae galego, pouco higiênico! (COISAS..., 1911, p. 3).

No entanto, em que pese os trabalhadores portugueses partilharem com os nacionais as mesmas agruras e opressões, seja na forma de salários baixos e aviltantes, seja nas longas jornadas que lhes eram impostas, os membros da colônia portuguesa em Manaus não estavam inteiramente desassistidos, já podiam contar com um importante ponto de apoio nas diversas instituições (associações e órgãos de imprensa) por eles criadas na cidade. Embora tais associações, assim como os periódicos das colônias estrangeiras, não se estruturassem como operárias ou sindicais, mas como instituições voltadas para a filantropia, a assistência e benemerência, foi comum que elas buscassem se posicionar em apoio aos seus conterrâneos sempre que tensões oriundas das relações de trabalho os ameaçassem seriamente.

Enquanto os jornais que se apresentavam como operários foram efetivamente pouco numerosos no Norte do país e tiveram invariavelmente vida efêmera, muitos periódicos das colônias estrangeiras permaneceram ativos por décadas e abrigaram em suas páginas as demandas da base popular e operária de suas respectivas colônias.

No caso específico da colônia portuguesa em Manaus, convém mencionar que ela não era apenas expressiva em termos numéricos, mas que também era fortemente representada nas esferas do poder político e econômico. Desde o período provincial (1852-1889), e mesmo antes dele, os portugueses controlavam o comércio varejista da capital amazonense e não poucos fizeram fortuna, enveredando pelo ramo empresarial e ali investindo seu capital na montagem de oficinas e fábricas, na abertura de casas comerciais de

importação e exportação e em casas aviadoras, cujo destaque maior no período em questão coube à firma J. G. de Araújo (BENCHIMOL, 1994, p. 7-14). Fortalecidos em poder econômico e prestígio social, muitos comendadores portugueses projetaram-se, por meio das associações¹³ que passaram a dirigir, como vozes autorizadas da colônia lusitana da cidade, angariando internamente poder e prestígio, ao mesmo tempo em que, externamente, aproximavam-se dos mandatários locais oferecendo apoios que não podiam ser desprezados, em especial nos momentos eleitorais.

Com forte presença e influência na poderosa Associação Comercial do Amazonas, o segmento empresarial português atuou, diversas vezes, em favor dos trabalhadores, especialmente quando, entre eles, havia membros da colônia a quem interessava proteger, embora assim o fizessem apenas quando as demandas operárias não representavam ameaça a seus interesses específicos. Inversamente, quando as tensões operárias ocorriam no interior de firmas estrangeiras, cuja atuação frequentemente impactava negativamente o setor comercial da cidade, a Associação, em mais de uma oportunidade, assumia o papel de mediadora dos conflitos e buscava alguma compensação ou o acolhimento das reivindicações dos trabalhadores: como nos momentos em que a luta das categorias portuárias – entre elas os estivadores, que, como vimos, concentrava elevado número de portugueses – confrontava a Manãos Harbour, entidade patronal responsável, também, pela cobrança das taxas de armazenamento, carga e descarga dos produtos que entravam e saíam da cidade (PINHEIRO, 1999).

O setor comercial, que sempre se queixava da qualidade do serviço portuário, em especial dos atrasos nos processos de carga e descarga dos navios, também reclamava das taxas elevadas, que oneravam as mercadorias. Essa realidade os impulsionava, vez por outra, a uma atitude de velada adesão às demandas dos trabalhadores, notadamente os portugueses.

¹³ Entre as mais expressivas estavam a Sociedade Beneficente Portuguesa, União Esportiva Portuguesa, Grêmio Recreativo Português, Grupo Pró-Póvoa e Sociedade Lusitânia Repatriadora.

Se, de um lado, as associações de recorte étnico se estruturavam com certa facilidade e se mantinham ativas por longos anos; de outro, o proletariado amazonense em formação tinha imensa dificuldade para criar suas associações de classe e, uma vez criadas, para mantê-las. Ao fazer um balanço das associações operárias da cidade, um jornal operário amazonense não deixou de externar suas preocupações e desencantos:

O operariado amazonense tem descurado muito de suas organizações, as existentes lutam com a sua apatia e indiferentismo de seus associados que pouco ou nada se preocupam com o seu próprio bem-estar, não preocupando-se com o preparo da luta que deve manter todo trabalhador contra o capitalismo seu opressor (É PRECISO..., 1911, p. 1)

Seja como for, a segunda década do século XX, marcada tanto pela decadência da borracha quanto pela retração econômica imposta pela Grande Guerra (1914-1918), impôs ao universo operário um conjunto de enormes provações, que iam do fechamento dos postos de trabalho à redução dos salários, passando pelos sistemáticos aumentos da jornada diária. Vitórias, grandes ou pequenas, alcançadas pela luta operária, acabavam refluindo para posições anteriores à luta e, dessa forma, os acordos firmados com o patronato tornavam-se letra morta.

A fragilização da classe trabalhadora na correlação de forças com um patronato que se ancorava na decadência da borracha para reforçar sua dominação, por meio de discursos que alegavam ser impossível o acatamento das demandas dos trabalhadores, impunha às lideranças operárias pensar na adoção de medidas e estratégias de luta e de sobrevivência. Mas, na base, a reação quase imediata foi a adoção de posturas individualistas e fragmentadoras da já frágil unidade operária. Entre outras ações, destacam-se a aceitação de salários menores em troca da manutenção de empregos e a recusa à participação em movimentos de contestação articulados pelas associações, ou até mesmo a abstenção em participar delas.

Em paralelo, o avanço do nacionalismo fazia eclodir frequentes animosidades contra os es-

trangeiros e propostas xenófobas não tardaram a surgir no interior do movimento operário. Do dia para a noite, criavam-se factoides cujo único objetivo era mobilizar a população local a investir contra os imigrantes. O movimento "fora galego" parecia revigorar-se, ameaçando, inclusive, a integridade física dos membros da colônia portuguesa no Amazonas. O mais emblemático desses factoides ficou conhecido como "o caso da bandeira" e repercutiu fortemente nos dois lados do Atlântico.

Em meados de 1914, *O Amazonas*, diário de grande circulação na capital amazonense, destacou um telegrama recebido de Lisboa dando conta que "carbonários portugueses haviam espatifado a bandeira brasileira e insultado o nosso país, em termos os mais soezes" (O CASO..., 1914, p. 1). Ainda segundo o jornal, o ocorrido teria levado o ministro do Exterior brasileiro a cobrar satisfação de Portugal contra tal afronta. O episódio, de fato, não aconteceu e o telegrama havia sido forjado pelo jornal, mas o boato já tinha se alastrado como fogo em palha. A comunidade portuguesa da cidade, ameaçada pelos brios nacionalistas exaltados de muitos moradores, ficou acuada e impotente ante os ataques.

No dia seguinte, jornais da imprensa local trataram de negar o episódio e acusaram *O Amazonas* de intenções inconfessadas e irresponsáveis. Do outro lado do Atlântico, o caso scandalizou os portugueses, e a imprensa lusitana se mostrou estarrecida e preocupada com a sorte dos integrantes da colônia em Manaus. De acordo com um jornal operário de Manaus, em Lisboa, o periódico *O Mundo* comentou o assunto nos seguintes termos:

Acabamos de receber alguns jornais de Manaus e, com eles numerosas cartas de compatriotas nossos, bem como algumas de brasileiros, narrando-nos os lamentáveis sucessos que ali sucederam em 15 de julho. Um periódico de Manaus, "*Amazonas*", forjou uma miserável e estúpida notícia, publicando-a como um telegrama enviado de... Lisboa. Este telegrama informava que o povo de Lisboa hostilizara a embaixada e a bandeira brasileira. Que fim tinha a calúnia? Parece que consistia em criar um estado de revolta em Manaus para se depor violentamente o governo do estado [...] (EFEITO..., 1914, p. 3).

O periódico português continuava a matéria informando os ataques sofridos pelo consulado português e por comerciantes daquele país nas ruas de Manaus. No mesmo diapasão, João Grave, renomado romancista e jornalista português, que atuava como correspondente especial de diversos jornais brasileiros em Portugal, também externou sua perplexidade. Correspondente contratado desde 1910 pelo *Jornal do Commercio* amazonense, para o qual enviava de Lisboa colunas semanais, João Grave era a mais importante voz de Portugal a se fazer ecoar no interior da colônia portuguesa amazonense, e suas colunas, de página inteira, eram frequentemente comentadas pelas ruas e reverberadas por outros jornais da cidade. Sobre o assunto, escreveu:

Ao que leio no *Jornal do Commercio*, parece que aí em Manaus se vulgarizou o boato de que o pavilhão brasileiro havia sofrido enxovalhos em Portugal. Tal boato é absolutamente malévolo e falso. A minha nação tem pela gloriosa nacionalidade brasileira, o maior afeto – um afeto como só pode existir entre povos irmãos. As relações íntimas que unem o Brasil e Portugal mais se tem estreitado nos últimos anos; e, se alguns de meus compatriotas ousasse, entre nós, melindrar o Brasil seria imediatamente punido pela própria população. Como é que atoardas dessa natureza podem circular, encontrando espíritos de boa-fé que as acreditam? (RABISCOS, 1914, p. 3).

Em que pese o fato de jornais operários da cidade, como o *A União*, terem se manifestado peremptoriamente para que cessassem as divisões entre portugueses e brasileiros, a repercussão do conflito no mundo do trabalho manauara também havia se alastrado. No decorrer da Primeira Guerra Mundial, lideranças da classe trabalhadora aproveitaram-se da disseminação dos ânimos nacionalistas para cobrar posicionamento dos patrões, acusando-os de impatriotas por priorizarem estrangeiros na contratação de pessoal.

Nas vésperas da Grande Guerra (e ainda sob forte influência das posições do sindicalismo revolucionário defendido por Tércio Miranda e pelo Sindicato dos Trabalhadores Gráficos, ao qual Miranda pertencia), a proposição, em maio de 1914, de uma federação amazonense que articulasse

todas as associações operárias estabelecidas no estado apontava a união e o conagraçamento dos trabalhadores, "sem distinção de nacionalidade", como a única estratégia viável.¹⁴ No final daquele mesmo ano, a proposta dos gráficos amazonense ainda não havia sucumbido à tentativa fragmentária, como atesta o próprio título do periódico que puseram a circular: *A União*.

Quatro anos mais tarde, foi criado o Centro Operário do Amazonas, uma das mais importantes federações operárias do estado, animado por uma plêiade de lideranças nacionais de grande prestígio entre o operariado local – Cursino Gama, por exemplo, cuja atuação se fará presente até o final da década de 1920. O Centro trazia, de forma explícita, em seus estatutos, uma forte segmentação motivada pelo viés da nacionalidade, já que estabelecia, como primeira condição para se tornar um associado, "ser brasileiro nato de ambos os sexos, artista ou operário em qualquer ramo da atividade humana" (ESTATUTO, 1919). Assim estruturado, o Centro entabulou diversas demandas ao longo dos anos 1920, que tenderam a incluir propostas de limitação do número de estrangeiros a serem contratados por firmas e empresas na cidade. Um exemplo de ação desse tipo emergiu durante a proposta de uma "greve parcial", em 1921, quando lideranças oriundas do Centro Operário, que conduziam o movimento, tentaram impor às firmas e empresas do setor da construção civil – exatamente aquele em que o operariado português era amplamente majoritário – um "regulamento", com cláusulas que limitavam o trabalho de estrangeiros. Com efeito, uma das cláusulas do regulamento estabelecia que patrões e mestres deveriam, obrigatoriamente, admitir cinquenta por cento de "operários artistas brasileiros, o mesmo acontecendo com os serventes" (AO PÚBLICO, 1921, p. 2). Em uma base em que a presença de estrangeiros era ainda importante, a cláusula ignorava o sempre presente discurso do internacionalismo operário e acabou contribuindo muito mais para o dissenso do que para o avanço efetivo da luta dos

¹⁴ Tais princípios integravam os *Estatutos da Federação Operária do Amazonas*, de 1914 (ESTATUTOS, 1914, p. 6).

trabalhadores e, dessa forma, o movimento se viu fragilizado tanto pela base operária quanto pela ação patronal, o que fez a greve chegar ao fim sem agregar ganhos aos grevistas.

É importante frisar que, desde o final da Primeira Guerra, as tensões étnicas no interior do movimento operário amazonense haviam praticamente ficado restritas aos confrontos entre trabalhadores nacionais e portugueses. O fenômeno se explica pelo fato de o fluxo imigratório, iniciado no final do século XIX, ter chegado a termo ao fim da segunda década do XX. A decadência do comércio da borracha, que gerou falências e o conseqüente fechamento de milhares de postos de trabalho, assim como a conjuntura de depressão ampliada pela guerra levaram parte significativa do proletariado amazonense à miséria e indignação. Essa situação dramática contribuiu também para que os impactos do surto da gripe, cujo ápice aconteceu em 1918, fossem devastadores entre eles.

Nesse momento as redes protetivas das associações filantrópicas e beneficentes estruturadas pelas respectivas colônias entraram em cena e estabeleceram a repatriação de seus integrantes como necessária e urgente. Por conseguinte, especialmente após 1918, o processo de re-imigração de estrangeiros – tal como abordada por Jorge Fernandes Alves (1994), qual seja, o do retorno a seus países de origem – em Manaus alcançou dimensões tão elevadas que praticamente pôs termo à trajetória desses imigrantes pela capital amazonense. Esse foi o caso da colônia espanhola, a segunda maior colônia estrangeira na cidade, uma vez que, dos quase três mil espanhóis que migraram no início do século XIX, não mais que duas centenas permaneceram na cidade durante a década de 1920.

A colônia portuguesa, em maior número e adaptada ao contexto local, em virtude das redes de apoio e solidariedade que ali formaram desde o período provincial, foi seguramente a que se manteve mais expressiva, muito embora também tivesse tomado parte no processo de re-imigração. Por tudo isso, não deixam de ser significativos os dados disponíveis acerca da composição étnica

de parcela do proletariado amazonense, que se via engajado em associações sindicais daquela época de crise. Como é possível perceber na Tabela 1, os registros de associados da União Operária Amazonense (criada em 1918), embora parciais e fragmentários, indicam com clareza uma grande retração tanto no número de associados, quanto no cômputo da participação estrangeira entre o proletariado amazonense nos anos iniciais da década de 1920.

TABELA 1 – Nacionalidade dos associados da União Operária Amazonense (1918-1926)

Nacionalidade	#	Nacionalidade	#
Brasileiros	895	Alemães	3
Portugueses	80	Austriacos	1
Peruanos	9	Franceses	1
Italianos	8	Russos	1
Espanhóis	7	Sírio-Libaneses	1
Ingleses	4		
TOTAL			1.010

Fonte: Livro de Registros da Associação União Operária Amazonense; Acervo: CEMEJ. Manaus, AM.

Ao avançar o decênio, as tensões étnicas entre portugueses e brasileiros no interior do mercado de trabalho amazonense tenderam ao arrefecimento, assim como a própria mobilização operária ficou sensivelmente reduzida pelas limitações estruturais que o contexto regional passou a apresentar. É pouco provável, no entanto, que as animosidades e ressentimentos contra os portugueses – no mundo do trabalho e fora dele – tenham desaparecido de todo entre a população do Amazonas e sua classe operária, sendo plausível pensar que essas tensões tenham apenas permanecido latentes e silenciadas, aguardando uma oportunidade para vir à tona, o que, ao fim e ao cabo, não ocorreu mais ao longo do período aqui analisado.

Seja como for, os conflitos étnico-nacionais fizeram parte de um quadro bem mais amplo e complexo da formação da classe operária amazonense, em que outras dimensões de sua

composição – o trabalho feminino e infantil, por exemplo – também podiam tanto produzir contradições quanto estabelecer limites importantes à formação de uma maior unidade entre aquele segmento social da capital amazonense. Mas é certo também que todos esses conflitos e dilemas não deixaram de ser percebidos e enfrentados por importantes lideranças dos trabalhadores locais com vistas à adoção de um princípio agregador que via na unidade operária uma condição fundamental para a luta pela conquista e defesa de seus direitos.

Referências

- A HARBOUR, *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 2.435, p. 1, 17 jan.1911.
- ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros: Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Gráficos Reunidos, 1994.
- ANNUNCIOS. *Amazonas*, Manaus, n. 3.516, p. 5, 23 jul. 1892.
- AO PÚBLICO. *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 6.085, p. 1, 7 abr. 1921.
- ARAÚJO, Moisés. *O grito dos trabalhadores: movimento operário, reivindicações e greves na Manaus da Grande Guerra (1914-1918)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2018.
- AVISOS úteis, *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 366, p. 3, 24 fev. 1905.
- AVISOS úteis, *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 2.499, p. 1, 2 abr. 1911.
- BARROS, Cláudia Amélia Mota Moreira. *Vozes operárias: a construção da identidade operária amazonense através dos tipógrafos (1891-1920)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – UFAM, Manaus, 2015.
- BARROS, Fernando Hélio Tavares *et al.* A alcunha galego no português de Santa Catarina. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1227-1276, 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: Entrevista a Bernardo Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BENCHIMOL, Samuel. *Manóios do Amazonas: memória empresarial*. Manaus: Ed. Gov. do Estado do Amazonas/EDUA/ACA, 1994.
- CÂMARA, Bruno Augusto Dorneles. *O retalho do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio à retalho, Pernambuco, 1830-1870*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.
- CAMPOS, Hermenegildo de. *Climatologia Médica do Estado do Amazonas*. 2. ed. Manaus: A.C.A., 1988. 1. ed. 1908].
- CÁNOVAS, Maria Dalva Klaumman. *Imigrantes espanhóis na paulicéia*. São Paulo: Edusp, 2009.
- CENTRO Operário. *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 353, p. 2, 9 fev.1905.
- COISAS e mais coisas. *O Pimpão*, Manaus, n. 6., p. 3, 24 set. 1911.
- CORREA, Luiz de Miranda. *Roteiro Histórico e Sentimental da Cidade do Rio Negro*. Manaus: Artenova, 1969.
- CATTARUZZA, Mário. Imigração italiana para o Amazonas. *Commercio do Amazonas*, Manaus, n. 485, p. 1, 11 jun. 1899.
- COSTA, Deusa. *Quando o viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores de Manaus (1890-1915)*. Manaus: Valer, 2015.
- DIAS, Ednea Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.
- É PRECISO agir. *Correio da Tarde*, Manaus, n. 2, p. 1, 10 maio 1911.
- EFEITO de uma especulação. *A União*, Manaus, n. 3, p. 3, 1 out. 1914.
- EMMI, Marília Ferreira. *Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)*. Belém: NAEA, 2013.
- ESTATUTO do Centro Operário do Amazonas, de 14 de abril de 1919. In: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto (org.). *Vozes operárias: fontes para a história do operariado amazonense*. Rio de Janeiro: Gramma, 1917., p. 344-360.
- ESTATUTOS da Federação Operária no Amazonas. *A Lucta Social*, Manaus, n. 2, p. 6, 1 maio 1914.
- GAMA, Cursino. As nossas associações operárias. *Extremo Norte*, Manaus, n. 16, p. 1, 1 maio 1920.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103-133.
- KLEIN, Herbert. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América: A imigração em massa para a América latina*. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 13-31.
- LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: Ensaio para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- MACACO das Mercês. *Correio Paraense*, Belém, n. 60, p. 2, 11 jul. 1892.
- MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MATTA, Alfredo da. *Geografia e Topografia Médica de Manaus*: Manaus: Typ. Renaud, 1916.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: História e Arquitetura, 1852-1910*. Manaus: EDUA, 1997.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fundação de Manaus*. 3ª ed. aumentada. Rio de Janeiro: Conquista, 1971.

O CASO da bandeira. *A União*, Manaus, n. 1, p. 2, 26 set. 1914.

O PRIMEIRO de Maio. *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 425, p. 1, 3 maio 1905.

PELO binóculo. *A Encrenca*, Manaus, n. 9, p. 3-4, 16 jan. 1916.

PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus, 1890-1920*. Manaus: EDUA, 2015.

PINHEIRO, Geraldo Pantaleão Sá Peixoto. *Imprensa, política e etnicidade: Portugueses letrados na Amazônia (1885 – 1936)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2012.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Lideranças estrangeiras entre os trabalhadores manauaras (1910-1930). *Revista Mundos do Trabalho*, [S. l.], v. 9, n. 17, p. 79-100, jan./jul. 2017.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. "Histórias do trabalho no Amazonas: matrizes, estudos e tendências". In: QUEIRÓS, César Augusto Bubolz (org.). *Historiografia amazonense em perspectiva*. Manaus: Valer, 2020. p. 189-221.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do trabalho na cidade da borracha: Trabalhadores, lideranças, organizações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiá, SP: Paco, 2017.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925*. Manaus: EDUA, 1999.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz; CAMPOS, Gláucia de Almeida (org.). *Trabalho e trabalhadores na Amazônia: caminhos e possibilidades para uma história em construção*. Manaus: EDUA, 2017.

RABISCOS. *A União*, Manaus, n. 3, p. 3, 1 out. 1914.

RAMALHO JUNIOR, José Cardoso. *Mensagem do Exmo. Sr. José Cardoso Ramalho Júnior Vice-Governador do Estado lida perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da primeira sessão ordinária da terceira legislatura, em 10 de julho de 1898*. Manaus: Imprensa Oficial, 1898.

RETALHOS. *A Voz do Caixeiro*, Belém, n. 3, p. 1, 23 fev. 1890.

REVIRAVOLTAS. *O Chicote*, Manaus, n. 15, p. 1, 11 out. 1913.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata Galego: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

RIO Negro. *Jornal do Amazonas*, Manaus, n. 81, p. 3, 3 mar. 1876.

SANTOS, Dhyene Vieira dos. *Motoristas e condutores de bondes em Manaus: sociabilidades, cultura associativa e greves (1899-1930)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – UFAM, Manaus, 2020.

SARGES, Maria de Nazaré et al. (org.). *Entre mares: O Brasil dos portugueses*. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

TELES, Luciano Everton da Costa. *Mundos do trabalho e imprensa: a vida operária em Manaus na década de 1920*. Manaus: Edições UEA, 2016.

TELES, Luciano Everton da Costa. *Construindo redes sociais, projetos de identidade e espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas (1890-1928)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. Algumas observações sobre classe e "falsa consciência". In: LUIGI, Antônio Negro; SILVA, Sérgio (org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 269-281.

VAQUINHAS, Irene Maria. Fora Galego: um caso de antilusitanismo no Pará na década de setenta do século XIX. In: ALVES, Jorge Fernandes. *Os "Brasileiros" da emigração*. Vila Nova de Famalicão (Portugal): Edições Imparciais, 1999. p. 80-91.

VÁRIAS. *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 3.654, p. 2, 29 jun. 1914.

VILLEROY, Augusto Ximeno. Como se deve povoar o solo amazônico. In: MIRANDA, Bertino de (org.). *Annaes do congresso comercial, industrial e agrícola*. Manaus: Palais Royal, 1911. p. 19-26.

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em São Paulo, SP, Brasil. Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em Manaus, AM, Brasil.

Endereço para correspondência

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Universidade Federal do Amazonas

Av. Tóquio, 160, Bloco Babaçu, apto. 302

Planalto, 69045-200

Manaus, AM, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação da autora antes da publicação.